https://doi.org/10.62987/m3grnh20

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR NOVA TERRA

QUEM SUSTENTA A LUTA PELA TERRA? MULHERES, REPRODUÇÃO DA VIDA E REFORMA AGRÁRIA NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO

Ailda de Souza Rodrigues Mendes
Universidade de Pernambuco (UPE).
Graduanda em Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo.
ORCID: https://orcid.org/0009-0005-3089-0678
E-mail: aildamendes.social@gmail.com

Marinna Rodrigues Mendes
Universidade de Pernambuco (UPE).
Graduanda em Licenciatura em Educação do Campo.
ORCID: https://orcid.org/0009-0000-1168-2754
E-mail: marinna.mendes@upe.br

Iágrici Maria de Lima Maranhão
Universidade de Pernambuco (UPE).
Doutora em Educação (UFPE).
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-0492-8394.
E-mail: iagrici.lima@upe.br.

Resumo: Este artigo discute a centralidade do trabalho das mulheres na sustentação material, política e simbólica da luta pela terra no semiárido brasileiro. Parte-se da hipótese de que a reforma agrária, tal como disputada por movimentos sociais camponeses como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), não pode ser compreendida sem o exame do trabalho de reprodução da vida historicamente atribuído às mulheres: o cuidado com a água, com a terra, com os corpos e com a organização cotidiana da existência coletiva. Utilizando revisão bibliográfica em diálogo com a economia feminista e dados recentes de institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil e dos próprios movimentos sociais — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o próprio MST —, o texto evidencia avanços formais na paridade de gênero e na titulação conjunta da terra, ao lado da persistência de relações machistas dentro dos próprios espaços de organização popular. Argumenta-se que sustentar a luta pela terra é, também e sobretudo, sustentar a vida, e que o enfrentamento do machismo interno aos movimentos sociais é condição inseparável da democratização do acesso à terra no semiárido.

Palavras-chave: Mulheres camponesas. Reforma agrária. Semiárido. Economia do cuidado.

REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
NOVA TERRA

WHO SUSTAINS THE STRUGGLE FOR LAND? WOMEN, THE REPRODUCTION OF LIFE AND AGRARIAN REFORM IN THE BRAZILIAN SEMI-ARID REGION

Abstract: This article examines the centrality of women's work in sustaining, materially, politically and symbolically, the struggle for land in the Brazilian semi-arid region. It starts from the hypothesis that agrarian reform, as disputed by peasant social movements such as the Landless Workers' Movement (MST) and the Peasant Women's Movement (MMC), cannot be understood without examining the social reproduction work historically assigned to women — caring for water, land, bodies and the daily organization of collective existence. Drawing on feminist economics and recent data from research institutes, civil society organizations and the movements themselves, the text highlights formal advances in gender parity and joint land titling, alongside the persistence of sexist relations within popular organizing spaces. It argues that sustaining the struggle for land is also, and above all, sustaining life, and that confronting internal sexism is inseparable from democratizing access to land in the semi-arid region.

Keywords: Peasant women. Agrarian reform. Semi-arid region. Care economy.

¿QUIÉN SOSTIENE LA LUCHA POR LA TIERRA? MUJERES, REPRODUCCIÓN DE LA VIDA Y REFORMA AGRARIA EN EL SEMIÁRIDO BRASILEÑO

Resumen: Este artículo analiza la centralidad del trabajo de las mujeres en el sostenimiento material, político y simbólico de la lucha por la tierra en el semiárido brasileño. Se parte de la hipótesis de que la reforma agraria, tal como es reivindicada por movimientos sociales campesinos como el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) y el Movimiento de Mujeres Campesinas (MMC), no puede comprenderse sin examinar el trabajo de reproducción de la vida históricamente atribuido a las mujeres: el cuidado del agua, de la tierra, de los cuerpos y de la organización cotidiana de la existencia colectiva. Mediante una revisión bibliográfica en diálogo con la economía feminista y el análisis de datos recientes procedentes de institutos de investigación, organizaciones de la sociedad civil y de los propios movimientos sociales —Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria (Incra), Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE), Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) y el propio MST— , el texto evidencia avances formales en la paridad de género y en la titularidad conjunta de la tierra, junto con la persistencia de relaciones machistas dentro de los propios espacios de organización popular. Se sostiene que sostener la lucha por la tierra significa también y, sobre todo, sostener la vida, y que enfrentar el machismo interno de los movimientos sociales constituye una condición inseparable de la democratización del acceso a la tierra en el semiárido.

Palabras clave: Mujeres campesinas. Reforma agraria. Semiárido. Economía del cuidado.

Introdução

Há uma pergunta que raramente aparece nas manchetes sobre a reforma agrária brasileira, mas que atravessa cada ocupação de terra, cada acampamento à beira de estrada e

cada assentamento consolidado no semiárido nordestino: quem sustenta, no dia a dia, a luta pela terra? A resposta, quando se olha com atenção para dentro dos movimentos sociais do campo, é quase sempre a mesma — são as mulheres que caminham quilômetros atrás de água, que organizam a alimentação dos acampamentos, que cuidam de crianças e idosos, que mantêm vivos os quintais produtivos nos períodos de estiagem, e que, cada vez mais, também ocupam terra, enfrentam a Polícia Militar e disputam espaços de direção política dentro de organizações historicamente masculinizadas.

O semiárido brasileiro — que se estende por cerca de mil municípios de nove estados do Nordeste e do norte de Minas Gerais — é, ao mesmo tempo, um território de escassez hídrica estrutural e um dos territórios de maior concentração fundiária do país. Nele, a luta pela terra e a luta pela água se entrelaçam de modo particular: não há reforma agrária possível sem que se enfrente a questão de quem carrega, literalmente, a água na cabeça, e sem que se reconheça que esse trabalho — invisível, não remunerado, feminino — é parte constitutiva da reprodução da vida camponesa.

Este artigo parte de uma constatação simples e, ainda assim, pouco explorada em boa parte da literatura sobre movimentos sociais rurais: a de que a permanência das famílias na terra, a viabilidade dos assentamentos e a própria continuidade histórica de organizações como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) dependem estruturalmente de um trabalho de reprodução social majoritariamente realizado por mulheres. Trata-se de um trabalho que raramente é contabilizado nos balanços políticos dos movimentos, que não aparece nos indicadores oficiais de produtividade agrícola e que, no entanto, é a condição de possibilidade de tudo o mais.

Ao mesmo tempo, é preciso resistir à tentação de uma narrativa apenas celebratória do protagonismo feminino no campo. Os próprios movimentos sociais que hoje mais avançam em políticas de gênero — paridade em instâncias de direção, setores específicos de mulheres, jornadas nacionais de luta — reconhecem publicamente a persistência de relações machistas em seu interior. Reproduzem-se, dentro de cooperativas, associações e núcleos de base, a divisão sexual do trabalho, a sobrecarga doméstica sobre as mulheres, e formas mais sutis de silenciamento da voz feminina nos espaços de decisão. Esse é o segundo eixo deste artigo: não

apenas reconhecer o protagonismo das mulheres na sustentação da luta pela terra, mas também expor as contradições internas aos movimentos que insistem em reproduzir o que, no plano do discurso, dizem combater.

O texto apresenta um estudo de abordagem qualitativa, de natureza bibliográfica e documental em que foram mobilizados produções de economia feminista e dos estudos de reprodução social (Carrasco, 2006; Federici, 2017; Saffioti, 2004), assim como pesquisas sobre mulheres, trabalho, acesso à terra na agricultura familiar e nos assentamentos de reforma agrária. Para o levantamento documental, reuniu-se informações publicadas por institutos de pesquisa e órgãos públicos (IBGE, Embrapa, Câmara dos Deputados), por organizações da sociedade civil (Comissão Pastoral da Terra, Articulação Semiárido Brasileiro, Sempreviva Organização Feminista) e pelos próprios movimentos sociais (MST e MMC), além de matérias jornalísticas que documentam mobilizações recentes. Esse material foi lido e organizado em três eixos — trabalho de reprodução da vida no semiárido, organização política das mulheres e acesso à terra, e contradições internas aos movimentos sociais —, interpretados à luz do referencial teórico. As análises restringem-se às fontes consultadas e não abrangem pesquisa de campo.

2. Terra, corpo e reprodução da vida: bases teóricas para um olhar feminista sobre a questão agrária

A pergunta sobre quem sustenta a luta pela terra é, antes de tudo, uma pergunta sobre trabalho invisível. A economia feminista, campo teórico que se consolidou a partir das décadas de 1970 e 1980 e que ganhou renovado fôlego nas últimas duas décadas, oferece ferramentas fundamentais para essa discussão. Carrasco (2011) destaca que a economia convencional, ao se concentrar exclusivamente nas atividades comerciais, acaba tornando imperceptível um vasto conjunto de trabalhos — de cuidado, de alimentação, de manutenção da vida cotidiana — sem os quais nenhuma produção mercantil seria possível. Esse trabalho de reprodução social é o que sustenta, literalmente, a força de trabalho e a vida das comunidades, e recai desproporcionalmente sobre as mulheres em praticamente todas as formações sociais capitalistas, sendo isso ainda mais acentuado no meio rural.

Federici (2017), em sua reconstrução histórica do processo de acumulação primitiva, argumenta que a subordinação do trabalho doméstico e reprodutivo das mulheres não é um resíduo pré-capitalista, mas uma condição estrutural para a reprodução do próprio capitalismo, ao passo que alguém precisa alimentar, cuidar e repor cotidianamente a força de trabalho para que ela possa ser explorada. Ao inferirmos para o contexto agrário brasileiro, essa análise ilumina algo central: a permanência de uma família em um assentamento de reforma agrária, a viabilidade de um acampamento que pode durar anos à beira de uma rodovia, depende do trabalho de reprodução da vida — em geral realizado por mulheres — tanto quanto da produção agrícola propriamente dita.

No campo dos estudos rurais brasileiros, Maria Ignez Paulilo e Carmen Diana Deere vêm, desde os anos 1980 e 1990, documentando como o trabalho das mulheres na agricultura familiar é sistematicamente desvalorizado, tratado como "ajuda" ao trabalho do marido, mesmo quando corresponde a jornadas iguais ou superiores às masculinas, uma vez somadas as atividades produtivas e as domésticas (Paulilo, 2004; Deere; León, 2002; Deere, 2004). Os estudos apontam para uma suposta neutralidade de gênero que, na verdade, materializa a exclusão das mulheres. A exemplo disso, a titulação da terra que era atribuída ao homem enquanto “chefe da família”, acabava por excluir as mulheres embora seu trabalho fosse indispensável para a produção do lote. Apenas nos anos 2000 este sistema foi modificado, instituindo uma titulação conjunta, mas ainda evidenciando o quanto é possível produzir desigualdades mesmo nos movimentos sociais.

É nesse sentido que se propõe o conceito de reprodução da vida como chave de leitura para a reforma agrária no semiárido. Entende-se por reprodução da vida não apenas a reprodução biológica da espécie, mas o conjunto de trabalhos — buscar água, cozinhar, cuidar de crianças e de pessoas idosas e doentes, guardar sementes, cuidar do quintal produtivo, sustentar emocionalmente a coletividade em momentos de repressão e de luto — que tornam possível a permanência da vida camponesa e, por extensão, a própria continuidade da luta política pela terra. Sem esse trabalho, não há assentamento que resista, não há acampamento que dure, não há reforma agrária popular que se sustente ao longo do tempo.

2.1 O semiárido como território de disputa: água, seca, trabalho e movimentos das mulheres

O semiárido brasileiro é marcado por chuvas concentradas em poucos meses do ano e por uma histórica combinação entre escassez hídrica e concentração fundiária. Nesse território, tecnologias sociais de convivência com a seca — como cisternas de placa, barragens subterrâneas e sistemas agroflorestais — vêm sendo difundidas há mais de duas décadas por redes como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA, 2022)[1], como resposta à constatação de que a seca não é, em si, a causa da fome ou da migração forçada, mas sim a ausência de políticas públicas de convivência com um regime climático que é estrutural, e não excepcional, naquela região.

É impossível compreender essas tecnologias sociais sem reconhecer seu efeito diferenciado sobre a vida das mulheres. Antes da difusão das cisternas domiciliares, era comum que mulheres e meninas caminhassem diariamente distâncias de três a seis quilômetros carregando latas de dezesseis a dezoito litros de água na cabeça, o que lhes subtraía tempo e energia de outras atividades — produtivas, educativas, políticas. A chegada da água por meio de cisternas não eliminou o trabalho de cuidado com a água, mas alterou sua intensidade e liberou parte do tempo das mulheres para outras formas de organização social, produtiva e política, incluindo a própria participação em movimentos de luta pela terra.

Mesmo com esses avanços, dados recentes confirmam que a sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado permanece maior entre as mulheres do campo do que entre as mulheres de áreas urbanas. Levantamento realizado em 2025 pela Sempreviva Organização Feminista (SOF), no âmbito da pesquisa "Sem Parar", indica que, enquanto 45% das mulheres urbanas se identificam como as principais responsáveis pelo trabalho doméstico não remunerado em seus lares, essa proporção sobe para 49% entre as mulheres do campo. A mesma pesquisa aponta que 60% das mulheres entrevistadas relatam cansaço intenso e dores físicas

[1] A ASA é uma rede que defende, propaga e põe em prática, através de políticas públicas, o projeto político da convivência com o Semiárido. Sua missão é fortalecer a sociedade civil na construção de processos participativos para o desenvolvimento sustentável e a convivência com o Semiárido referenciados em valores culturais e de justiça social, através da mobilização social, comunicação popular, de intercâmbio entre as famílias agricultoras, que promovem a construção coletiva do conhecimento - https://asabrasil.org.br/asa/

recorrentes, quadro agravado, segundo as autoras do estudo, pela ausência de políticas de socialização do cuidado no meio rural — como creches comunitárias e restaurantes coletivos —, o que faz recair sobre mulheres, particularmente as mais velhas, o cuidado simultâneo de crianças, netos e pessoas idosas, além das atividades produtivas. Essa sobrecarga não é meramente doméstica: ela tem efeitos diretos sobre a autonomia econômica e sobre a disponibilidade das mulheres para a participação política (Sempreviva Organização Feminista, 2025).

As redes de mulheres do semiárido — como a Rede de Mulheres de Remanso (BA), a Rede Mulher do Território do São Francisco e o Polo da Borborema, na Paraíba — vêm associando, cada vez com mais clareza, a pauta agroecológica à pauta do cuidado. Os "quintais produtivos", geridos majoritariamente por mulheres, associam produção de alimentos, conservação de sementes crioulas e cuidado com a família em um mesmo espaço físico e simbólico. A experiência dos bancos comunitários de sementes na Paraíba — conhecidos como "Sementes da Paixão[2]" — é exemplar. Mais de sessenta bancos de sementes, envolvendo mais de mil famílias, são geridos majoritariamente por mulheres, que os descrevem não apenas como reserva produtiva, mas como guarda da própria história e memória familiar frente ao avanço dos transgênicos e dos agrotóxicos.

Os dois exemplos, as redes e os quintais, evidenciam o papel fundamental assumido pelas mulheres na superação da escassez hídrica e das restrições de acesso à alimentação saudável, por meio do trabalho com a agroecologia, ao mesmo tempo que revelam a divisão sexual do trabalho que lhes atribui o cuidado com os corpos da família.

Essa trajetória mais contemporânea, demonstra o quanto historicamente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, fundado nacionalmente em 1984 no contexto de retomada das ocupações de terra ao final da ditadura militar, origina-se como um movimento de caráter familiar, em cujas instâncias participam, ao menos formalmente, homens e mulheres, adultos e jovens. Freitas e Noronha (2023) afirmam que essa construção não significou igualdade de

[2] São as sementes crioulas (nativas ou locais) guardadas e manejadas por famílias agricultoras no semiárido da Paraíba, fundamentais para a soberania alimentar e a adaptação climática na região. https://aspta.org.br/2017/03/20/sementes-da-paixao-catalogo-das-sementes-crioulas-da-borborema

gênero dentro do movimento de forma imediata, sendo o ano de 1985 um marco, com a aprovação de normas para a participação das mulheres:

> Assim, foi no I Congresso Nacional do MST, em 1985, que foi aprovada, junto às normas gerais, a criação de comissões de mulheres dentro do movimento para a discussão dos problemas específicos das mulheres sem-terra. Desde então, houve um grande estímulo da participação feminina em todas as esferas e níveis de atuação. A preocupação com a representatividade feminina e com sua participação nos sistemas de poder do coletivo aparecem sobremodo no Capítulo VIII, das Normas Gerais do MST, de 1989 (Freitas; Noronha, 2023).

Ao longo dos anos 1990, coletivos e comissões de mulheres dentro do MST passaram a estudar e a debater o conceito de gênero, processo que culminou, no ano 2000, na criação do Setor Nacional de Gênero, durante o Encontro Nacional do Movimento realizado em Goiânia. O Setor de Gênero estabeleceu diretrizes que se tornariam estruturantes para a organização interna do MST: o direito à titulação conjunta da terra para homens e mulheres, a garantia de 50% de participação feminina nos cursos de formação política, e a meta de que todos os núcleos de base tivessem uma coordenadora e um coordenador exercendo, de fato e não apenas nominalmente, a coordenação compartilhada das discussões.

Um dos movimentos relevantes da organização feminina consolida-se a partir de 2004. Sendo denominado de o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)[3], fruto da unificação de movimentos autônomos de mulheres rurais que já atuavam desde os anos 1980 em diferentes estados brasileiros. O MMC organiza-se especificamente em torno da pauta de gênero no campo, denunciando tanto a violência doméstica quanto as desigualdades estruturais que regulam a vida das mulheres camponesas nas esferas pública e privada, construindo junto ao MST e ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a articulação internacional da Via Campesina — um dos espaços em que se forjou o conceito de Feminismo Camponês e Popular, hoje amplamente utilizado pelos movimentos do campo brasileiro para nomear uma síntese entre luta de classe, luta antirracista e luta feminista.

Essas organizações convergem também na Marcha das Margaridas, coordenada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), em articulação com organizações parceiras. A primeira edição ocorreu em 2000

[3] https://mmcbrasil.org/historia

e, desde 2003, a mobilização é realizada a cada quatro anos, em Brasília. A Marcha homenageia Margarida Maria Alves, liderança sindical rural paraibana assassinada em 1983, após uma trajetória de doze anos à frente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. O caso foi posteriormente levado à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, no Relatório de Mérito nº 31/20, reconheceu a responsabilidade internacional do Estado brasileiro por violações de direitos humanos relacionadas ao assassinato e à ausência de adequada proteção e justiça. (CONTAG, 2019; CIDH, 2020; Agência Brasil, 2023; Observatório do Código Florestal, 2023).

O passo decisivo ocorreu em 2005, quando a Coordenação Nacional do MST aprovou a paridade de gênero na Direção Nacional; a partir de 2006, a instância passou a ser composta por uma mulher e um homem representantes de cada estado onde o Movimento estava organizado. (MST, 2021; CORRÊA; OLIVEIRA, 2025). Esse novo contexto vai se inserir enquanto políticas voltadas para materializar o combate à desigualdade de gênero na estrutura fundiária que se constitui em um dos indicadores mais eloquentes deste aspecto, conforme trataremos a seguir.

3 A Titularidade da terra e violência contra as mulheres do campo

Até o início dos anos 2000, apenas cerca de 13% das pessoas assentadas pela reforma agrária no Brasil detinham, em seu próprio nome, o título do lote — a titulação era, na prática, quase sempre atribuída ao homem identificado como "chefe de família". Esse cenário começou a se alterar a partir de 2003, quando o Incra editou a Portaria nº 981, tornando obrigatória a titulação conjunta dos lotes da reforma agrária para casais em situação de casamento ou união estável, complementada em 2007 pela Instrução Normativa nº 38, que ajustou os procedimentos de inscrição de candidatas ao Programa Nacional de Reforma Agrária e passou a assegurar, em caso de dissolução da união, a permanência do lote com a mulher quando esta detiver a guarda dos filhos. Como resultado direto dessas normas, o percentual de mulheres entre os beneficiários titulados da reforma agrária saltou para mais de 48% no período entre 2008 e 2010 — um salto de quase quatro vezes em relação ao patamar anterior (INCRA, 2003, 2007; Deere, 2004; IRIB, 2012).

Apesar desse avanço normativo relevante, persistem obstáculos práticos à efetivação da titularidade feminina: ausência de documentação civil básica, dificuldades de acesso a linhas de crédito específicas — como o Fomento Mulher, destinado a projetos produtivos sob responsabilidade de mulheres titulares de lote — e uma cultura institucional, dentro do próprio funcionalismo agrário, que ainda tende a identificar o homem como interlocutor natural das políticas de reforma agrária. Projeto de lei em tramitação no Congresso Nacional, aprovado em comissão em 2023, buscou justamente reforçar a prioridade de titulação para mulheres chefes de família, reconhecendo que, apesar da previsão legal de titulação conjunta ou feminina, a maioria dos beneficiados por títulos da reforma agrária no país segue sendo, na prática, de homens (Câmara dos Deputados, 2023).

Para além dos assentamentos de reforma agrária propriamente ditos, o quadro geral da propriedade rural brasileira permanece profundamente desigual em termos de gênero. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 2017, o número de mulheres à frente da gestão de estabelecimentos rurais no Brasil chegou a cerca de 947 mil, em um universo de 5,07 milhões de estabelecimentos — o que corresponde a aproximadamente 19% do total, um aumento de cerca de 38% em relação a 2006. É digno de nota que 57% dessas mulheres gestoras de estabelecimentos rurais estejam concentradas na região Nordeste, exatamente a região que concentra o semiárido brasileiro, o que reforça a centralidade dessa região para qualquer análise sobre mulheres e terra no país (Embrapa, 2020). Ainda assim, mulheres seguem sendo minoria entre os proprietários rurais brasileiros, e a desigualdade se aprofunda quando se olha para cargos técnicos e de chefia no meio rural: levantamento da Oxfam Brasil sobre a cadeia produtiva do café em Minas Gerais, por exemplo, indica que mulheres representam apenas 1% das tratoristas e 5% dos cargos de supervisão em fazendas cafeeiras. (Oxfam Brasil, 2016).

A desigualdade de acesso e de reconhecimento se conjuga, no campo brasileiro, com um quadro persistente de violência. Segundo o relatório "Conflitos no Campo Brasil", publicado anualmente desde 1985 pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), o país registrou, em 2024, um novo recorde de ameaças de morte associadas a conflitos agrários, e as mulheres identificadas como vítimas de violência contra a pessoa nesses conflitos corresponderam a pouco mais de 38% dos casos com informação de gênero disponível — proporção expressiva,

ainda que inferior à dos homens, considerando que estes seguem sendo maioria entre lideranças expostas em ocupações e embates diretos com forças de segurança e jagunçagem (CPT, 2024, 2025; Agência Brasil, 2024). Já o relatório referente a 2025, divulgado pela CPT na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), apontou uma redução geral no número de conflitos no campo — de 2.207 ocorrências em 2024 para 1.593 em 2025, queda de 28% — acompanhada, contraditoriamente, pela duplicação do número de assassinatos no campo, que passou de 13 para 26 casos no mesmo período, com a Região Norte concentrando mais de 61% dessas mortes e dois massacres registrados, um no Pará e outro em Rondônia (CPT, 2026; CNBB, 2026; Extra Classe, 2025).

Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública relativos a 2023 indicam ainda que 1,9% dos feminicídios registrados no Brasil e 3,3% das demais mortes violentas de mulheres ocorreram especificamente em áreas rurais do país — proporção que, embora numericamente menor do que a violência urbana, revela uma vulnerabilidade específica das mulheres do campo, muitas vezes distantes de redes de proteção, delegacias especializadas e serviços de assistência social. (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023).

4 Entre a mística da igualdade e a prática do machismo: contradições internas nos movimentos sociais

Se as seções anteriores documentaram avanços expressivos na organização política das mulheres do campo — paridade formal em instâncias nacionais, titulação conjunta da terra, mobilizações massivas e crescente visibilidade da pauta de gênero dentro dos movimentos —, é necessário, para que este artigo não incorra em uma leitura idealizada da realidade, examinar diretamente aquilo que lideranças do próprio MST reconhecem publicamente: a reprodução de relações machistas dentro da organização que mais avançou, no Brasil, em políticas formais de gênero no campo.

Em entrevista concedida em 2024, Kelli Mafort, da Coordenação Nacional do MST, foi direta ao afirmar que a divisão sexual do trabalho — historicamente atribuída à sociedade em geral — também acontece dentro dos assentamentos organizados pelo Movimento. Atiliana Brunetto, da Direção Nacional do Setor de Gênero do MST, complementou essa análise ao

reconhecer que o patriarcado, enquanto pilar estrutural da sociedade capitalista, se reproduz em todos os espaços da vida social, incluindo as cooperativas e associações organizadas pelo próprio MST, o que resulta, em suas palavras, em relações machistas reproduzidas no interior do Movimento. Trata-se de um reconhecimento significativo: não se trata de uma crítica externa, mas de uma autocrítica formulada pela própria direção do setor responsável, dentro do MST, por combater exatamente esse problema.

Pesquisas acadêmicas produzidas a partir de observação direta em assentamentos confirmam esse diagnóstico. Estudos sobre a jornada de trabalho de homens e mulheres em assentamentos do MST — como o de Salvaro (2004) — demonstram que, quando somadas as horas dedicadas ao trabalho produtivo agrícola e ao trabalho doméstico e de cuidado, as mulheres assentadas frequentemente cumprem jornadas de trabalho totais mais longas do que os homens, ainda que apenas a parcela agrícola de seu trabalho seja socialmente reconhecida e contabilizada como "produção". Trabalhos sobre os chamados "espaços de poder" nos assentamentos do MST — a exemplo da pesquisa de Forchesatto ([s.d.]) — apontam que, apesar dos avanços formais em paridade, as mulheres seguem tendo de construir estratégias específicas, e por vezes custosas, para conquistar espaço nas instâncias de decisão, o que indica que a igualdade formal nas normas do Movimento não se traduz automaticamente em igualdade nas relações cotidianas de poder.

Essas contradições não se limitam à relação entre homens e mulheres cisgênero. Pesquisa recente sobre a presença de pessoas LGBTQIAPN+ no MST — publicada em 2026 na Revista Delos (Revista Delos, 2026) — documenta como sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade seguem tensionando normas historicamente consolidadas no campo brasileiro, mesmo dentro de um movimento que, desde 2016, já promove espaços específicos de debate sobre diversidade sexual e de gênero em suas instâncias de coordenação nacional. Nobre (2020), em artigo apresentado à Escola Nacional de Administração Pública (Enap), descreve, de forma direta, que a estrutura familiar no meio rural brasileiro é marcada por um machismo mais acentuado do que em contextos urbanos, e que o patriarcado amplia o medo do enfrentamento por parte de pessoas LGBTQIAPN+, cuja vivência plena segue sendo dificultada

por xingamentos e estigmas de gênero utilizados, inclusive, dentro de comunidades camponesas organizadas.

É importante destacar que o reconhecimento dessas contradições internas não invalida os avanços institucionais já conquistados — paridade na Direção Nacional desde 2006, garantia normativa de 50% de participação feminina em cursos de formação, existência de um Setor de Gênero com quase um quarto de século de atuação. O que essas contradições revelam, isto sim, é que a construção de igualdade de gênero dentro de organizações populares é um processo permanente, não linear e sujeito a retrocessos, que exige vigilância constante e mecanismos formais de responsabilização — e não apenas discursos programáticos de combate ao machismo, por mais corretos que sejam em seu conteúdo.

Há, ainda, uma dimensão simbólica dessa contradição que merece registro: a própria cobertura midiática sobre o MST tende a masculinizar a imagem pública do Movimento, tornando as mulheres camponesas relativamente invisíveis mesmo quando protagonizam ocupações, jornadas de luta e negociações com o Estado — e, quando essa invisibilidade é rompida, é frequentemente por meio de coberturas que recorrem a estereótipos depreciativos sobre as militantes. Essa invisibilização externa, somada às desigualdades internas já discutidas, compõe um quadro em que as mulheres do MST enfrentam, simultaneamente, o machismo da sociedade em geral, o machismo residual dentro de sua própria organização, e a invisibilização de ambos os processos pela grande imprensa.

A discussão sobre o machismo interno aos movimentos sociais não deve obscurecer aquilo que, de fato, tem permitido avanços concretos na vida das mulheres do semiárido nos últimos anos: a construção de uma agenda própria de autonomia econômica, situada na confluência entre agroecologia, economia solidária e políticas públicas de cuidado. Um marco relevante nesse sentido foi a aprovação, em 2024, de uma Política Nacional de Cuidados pelo governo federal brasileiro — política que lideranças do próprio MST, como Ceres Hadich, e de outras organizações do campo popular, como o economista Alexandre Coelho, apontaram como prioridade para 2025, defendendo a destinação de recursos orçamentários específicos para sua implementação plena (Brasil de Fato, 2025a). Segundo essa perspectiva, reconhecer institucionalmente o trabalho de cuidado significa, em termos práticos, diminuir a sobrecarga

historicamente atribuída às mulheres e responsabilizar o Estado e a sociedade como um todo pela reprodução da vida e da força de trabalho — tarefa que, até hoje, permanece quase inteiramente nas mãos das mulheres, tanto no campo quanto na cidade.

No semiárido especificamente, essa agenda se materializa em iniciativas como o Programa Quintais Produtivos, voltado à promoção da segurança alimentar e da autonomia econômica das mulheres rurais, e em redes de comercialização solidária construídas em torno de feiras agroecológicas, cada vez mais consolidadas como espaços de escoamento da produção liderada por mulheres. Eventos como o Semiárido Show, realizado anualmente com apoio de instituições como o Banco do Nordeste, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm dedicado espaço crescente a plenárias específicas de mulheres rurais, nas quais se articulam redes como a Articulação Semiárido Brasileiro, a Rede de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) Nordeste de Agroecologia e o Polo da Borborema, evidenciando que a pauta das mulheres do semiárido já não é tratada como tema secundário, mas como eixo estruturante das políticas de convivência com a região (ASA, 2025).

Esses espaços têm sido também arena de disputa contra o avanço de modelos produtivos que ameaçam a autonomia já conquistada pelas mulheres do semiárido — como a expansão de monoculturas transgênicas, o uso intensivo de agrotóxicos e a instalação de grandes empreendimentos de energia eólica e de mineração em territórios camponeses e quilombolas. Campanhas como "Não Planto Transgênicos para Não Apagar a Minha História", promovida por redes de mulheres da Paraíba em parceria com organizações não governamentais dedicadas à agroecologia, sintetizam como a defesa da biodiversidade agrícola, da memória familiar e da autonomia econômica das mulheres se tornaram, no semiárido, pautas indissociáveis.

Argumenta-se, portanto, que a reforma agrária popular no semiárido brasileiro — para ser efetivamente popular e efetivamente transformadora — não pode se restringir à redistribuição da propriedade da terra, tomada de forma abstrata e genérica. Precisa, necessariamente, incorporar como eixo central de sua própria concepção a socialização do trabalho de cuidado, o reconhecimento econômico e político do trabalho de reprodução da vida,

e o enfrentamento direto das relações machistas que, mesmo dentro dos movimentos que lutam pela terra, insistem em atribuir esse trabalho exclusivamente às mulheres.

Considerações finais

Este artigo partiu de uma pergunta simples — quem sustenta a luta pela terra? — para chegar a uma constatação mais complexa: a de que a reforma agrária no semiárido brasileiro depende, estruturalmente, de um trabalho de reprodução da vida majoritariamente realizado por mulheres, e que esse trabalho, apesar de sua centralidade material, permanece parcialmente invisibilizado tanto pelo Estado quanto, em certa medida, pelos próprios movimentos sociais que dele dependem para sobreviver enquanto organizações políticas.

Os dados reunidos ao longo do texto permitem uma leitura em dois tempos. De um lado, é inegável o avanço institucional conquistado pelas mulheres camponesas nas últimas duas décadas: a titulação conjunta obrigatória da terra desde 2003, a paridade de gênero na Direção Nacional do MST desde 2006, o crescimento do número de mulheres à frente de estabelecimentos rurais, a consolidação da Marcha das Margaridas como a maior mobilização política de mulheres da América Latina, e a permanência, ano após ano, de jornadas nacionais de luta lideradas por mulheres sem-terra, que em 2025 e 2026 seguiram ocupando terras improdutivas em dezenas de municípios brasileiros. De outro lado, é igualmente inegável a persistência de relações machistas dentro dos espaços de organização popular — reconhecida pela própria direção do Setor de Gênero do MST —, a permanência de uma sobrecarga de trabalho doméstico maior entre mulheres do campo do que entre mulheres da cidade, e um quadro de violência letal, documentado anualmente pela Comissão Pastoral da Terra, que segue vitimando lideranças camponesas, com destaque para mulheres negras e quilombolas. (Brasil de Fato, 2025b; MST, 2026).

Sustentar teoricamente essa discussão a partir da economia feminista e dos estudos de reprodução social — em diálogo com autoras como Silvia Federici, Cristina Carrasco, Carmen Diana Deere e Heleieth Saffioti — permite compreender que essas duas faces da realidade não são contraditórias, mas complementares: é exatamente porque o trabalho de reprodução da vida segue sendo estruturalmente desvalorizado que sua reivindicação política, por parte das

mulheres camponesas, assume a forma de uma luta permanente, que precisa ser renovada geração após geração, dentro e fora dos movimentos sociais.

Fica como agenda de pesquisa e de ação política, para além dos limites deste artigo, o aprofundamento de estudos de caso regionais sobre a implementação da Política Nacional de Cuidados no semiárido, a sistematização de indicadores próprios sobre participação feminina em instâncias de base — e não apenas nas direções nacionais — dos movimentos camponeses, e a construção de mecanismos internos de responsabilização e transparência sobre casos de machismo e de violência de gênero dentro dos próprios movimentos sociais rurais. Sustentar a luta pela terra, ao fim e ao cabo, exige sustentar a vida em todas as suas dimensões — e isso inclui, necessariamente, transformar as relações de gênero que atravessam, ainda hoje, o cotidiano de quem sonha e trabalha por uma reforma agrária popular no semiárido brasileiro.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Marcha das Margaridas deve reunir mais de 100 mil mulheres em Brasília**. Brasília: EBC, 14 ago. 2023. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

AGÊNCIA BRASIL. **Pastoral da Terra: 1º semestre de 2024 teve menos violência no campo**. Brasília: EBC, 16 dez. 2024. Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Lições da convivência**: um olhar sobre os ensinamentos das famílias e comunidades. Recife: ASA Brasil, 2022.

ARTICULAÇÃO SEMIÁRIDO BRASILEIRO (ASA). **Mulheres rurais debatem políticas públicas no Semiárido Show**. Recife: ASA Brasil, 2025. Disponível em: https://asabrasil.org.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

BRASIL DE FATO. **Reforma agrária, Política de Cuidados e combate à violência policial**: movimentos apontam lutas prioritárias para 2025. São Paulo, jan. 2025a. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

BRASIL DE FATO. **MST aumenta pressão sobre governo com ocupações e ações por reforma agrária em 24 estados**. São Paulo, mar. 2025b. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **CCJ aprova estímulo à titulação de terras para mulheres trabalhadoras**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023. Disponível em: https://www.camara.leg.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

CARRASCO, Cristina. La economía del cuidado: planteamiento actual y desafíos pendientes. **Revista de Economía Crítica**, n. 11, p. 205-225, 2011.

COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH). **Relatório nº 31/20**: caso 12.332 – Margarida Maria Alves e familiares (Brasil). Washington, D.C.: Organização dos Estados Americanos, 2020.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Dados parciais 2024**: violência no campo faz menos vítimas, mas os conflitos continuam em níveis elevados no 1º semestre. Goiânia: CPT Nacional, 2024.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2024**. Goiânia: CPT Nacional, 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT). **Conflitos no Campo Brasil 2025**. Goiânia: CPT Nacional, 2026.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). **Revista da Marcha das Margaridas 2019**. Brasília, DF: CONTAG, 2019.

CORRÊA, Ana Elisa Cruz; OLIVEIRA, Késia Rayanne Almeida. A luta pela terra na perspectiva feminista. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 33, n. 1, e96490, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-9584-2025v33n196490.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, jan./abr. 2004.

DEERE, Carmen Diana; LEÓN, Magdalena. **O empoderamento da mulher**: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

EMBRAPA. **Mapa, Embrapa e IBGE apresentam os dados sobre mulheres rurais**. Brasília, DF: Portal Embrapa, 2020. Disponível em: https://www.embrapa.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

EXTRA CLASSE. **Agrotóxicos, incêndios, ameaças de morte e assassinatos são a cara da violência no campo no Brasil**. Porto Alegre, abr. 2025. Disponível em: https://www.extraclasse.org.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FORCHESATTO, Raquel. Espaços de poder nos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: uma perspectiva de gênero. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAL, 1., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. p. 1-12.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023.

FREITAS, Marcel de Almeida; NORONHA, Inês de Oliveira. Movimento feminista e MST. *In*: FREITAS, Marcel de Almeida; NORONHA, Inês de Oliveira (org.). **Movimentos sociais e educação**: mútuas influências. Belo Horizonte: Editora UEMG, 2023. p. 149-164. DOI: https://doi.org/10.36704/9786586832167.

INSTITUTO DE REGISTRO IMOBILIÁRIO DO BRASIL (IRIB). **Cresce o número de mulheres titulares de terra da reforma agrária**. São Paulo: IRIB, 2012. Disponível em: https://www.irib.org.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Portaria nº 981, de 2 de outubro de 2003**. Estabelece a obrigatoriedade da titulação conjunta dos lotes da reforma agrária. Brasília, DF: INCRA, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Instrução Normativa nº 38, de 13 de março de 2007**. Regulamenta a inscrição e a seleção de candidatos ao Programa Nacional de Reforma Agrária. Brasília, DF: INCRA, 2007.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS (MMC). **História do MMC**. Passo Fundo: MMC Brasil, [s.d.]. Disponível em: https://mmcbrasil.com.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Se a mulher participar a gente vai massificar!** São Paulo: MST, 2021.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Mulheres Sem Terra realizam mobilização pela Reforma Agrária e contra as violências pelo Brasil**. São Paulo: MST, mar. 2026. Disponível em: https://mst.org.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

NOBRE, Neidson César Freitas. **Lições e experiências do público LGBTQIA+ no ambiente do MST**. 2020. Monografia (Especialização em Gestão de Políticas Agropecuárias) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, DF, 2020.

OBSERVATÓRIO DO CÓDIGO FLORESTAL. **7ª edição da Marcha das Margaridas leva mais de 100 mil mulheres a Brasília**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://observatoriocodigoflorestal.org.br. Acesso em: 11 nov. 2026.

OXFAM BRASIL. **Terrenos da desigualdade**: terra, agricultura e desigualdades no Brasil rural. São Paulo: Oxfam Brasil, 2016.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-252, jan./abr. 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-026X2004000100012.

REVISTA DELOS. Corpos dissidentes no campo: população LGBTQIAPN+ no MST e os desafios para a construção de novas ruralidades. **Revista Delos: Desarrollo Local Sostenible**, v. 19, 2026.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. Jornada de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 321-330, jan./abr. 2004.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA (SOF). **A luta das mulheres do semiárido por autonomia e políticas de cuidado**: Pesquisa Sem Parar 2025. São Paulo: SOF, 2025.